

MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA

FRANCIOLI BAGATIN¹; MONIKA W. DOWBOR²

¹Universidade Federal de Pelotas – franbng@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mdowbor@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Uma reforma progressiva tem impacto significativo sobre a redução das desigualdades. No Brasil esse papel da política tributária é raramente realçado quando se trata de redistribuição de renda, e menos ainda são discutidos fatores políticos que influenciam a política tributária (LAZZARI e LEAL, 2019). Entretanto, um ponto que merece destaque, segundo os autores é compreender o papel político dos atores no que se refere a essa questão e o padrão regressivo que fora confirmado na Constituição Federal de 1988 e que continua em vigor no país.

LAZZARI e LEAL (2019, p. 67) mostram, através de pesquisa realizada sobre a legislação tributária vigente entre 1985 e 2017, especificamente sobre o IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física), que, entre 1990 e 2015 nenhum governo promoveu mudanças significativas sobre essa legislação no sentido da redução das desigualdades por meio desse imposto. Ao contrário, o que se observou segundo os autores foi uma “redução da progressividade do imposto, por meio de isenções e deduções”.

Como se posicionam diante dessa questão os movimentos sociais, enquanto atores preponderantes na luta pela garantia de direitos e com papel fundamental na elaboração de políticas públicas? (GURZA LAVALLE et al, 2019). Para responder essa pergunta foi elaborada uma pesquisa piloto³.

Para o presente trabalho apresentam-se os resultados compilados no que se referem ao movimento dos trabalhadores, escolhidos o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por serem as mais representativas organizações, movimento estudantil, movimento feminista e movimento LGBTQIA+. É válido esclarecer que os movimentos dos trabalhadores, ainda que incluídos MTST e MST, ambos se caracterizam por serem organizações únicas, ao passo que os demais movimentos analisados encontram-se mais pulverizados, de modo que a análise leva em conta as organizações mais representativas de cada um deles, escolhidas levando-se em conta o número de resultados gerados durante a busca. Todavia, essa diferença entre a unidade e a pulverização dos movimentos os não inviabiliza a análise visto que MTST e MST podem ser enquadrados como duas organizações dos trabalhadores, criando um padrão coerente para a análise.

¹ Bolsista Capes; membro do INCT – Participa. As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade das autoras e não refletem a visão CNPq e do Capes, a quem o/a autor/a agradece.

² Membro do INCT – Participa. As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade das autoras e não refletem a visão CNPq, a quem o/a autor/a agradece.

³ A pesquisa piloto foi realizada pelo Grupo de estudos Tributação e Movimentos Sociais (2023), sob a coordenação da Prof. Dra. Monika Weronika Dowbor, e com a participação dos discentes Francioli Bagatin, Maria Luiza da Silva Gonçalves, Pedro de Moraes Silva, Sibeles Valadão Rossales, Paulo Anós Té e Eponina Vitola Boeira, vinculados ao PPGCPol da UFPEL no ano de 2023. Os dados apresentados neste trabalho são resultado da referida pesquisa piloto realizada pelo Grup e serão utilizados com a anuência dos discentes envolvidos.

2. METODOLOGIA

Buscando compreender a atuação de movimentos sociais frente à questão tributária realizou-se uma breve pesquisa no site oficial e redes sociais das principais organizações dos movimentos sociais supracitados bem como em páginas de notícias para analisar seu posicionamento frente à questão da reforma tributária. Seguiu-se a metodologia proposta pelo grupo de trabalho, a partir da pergunta: como os movimentos sociais se posicionam em relação a questão tributária no Brasil?

A metodologia utilizada no projeto consistiu na escolha de algumas palavras-chave: a) juros do cartão; b) crédito rotativo; c) imposto; d) tributação de lucros e dividendos; e) taxação de grandes fortunas; f) imposto progressivo, g) política de juros altos; h) juros do rotativo; e i) juros rotativos. À essas palavras-chave, pré-definidas para padronizar a exploração dos dados e direcionar o levantamento de dados acrescentou-se o nome do movimento social ou a organização do movimento a ser pesquisado. Assim, a pesquisa foi realizada no buscador *Google* utilizando-se a (“categoria correspondente” AND “nome do movimento”, com a filtragem avançada por data, entre 01/01/2015 a dezembro/2023). Os dados coletados foram organizados em uma planilha de dados com os critérios: nome do movimento; data da ocorrência; palavras-chave da pesquisa; descrição (indicação do trecho onde aparecia a ocorrência buscada) e o link da ocorrência encontrada, diagnóstico, prognóstico e redução da problemática.

Das buscas realizadas para o MTST, uma análise prévia foi realizada, confirmando que o termo buscado era de fato refletivo no *website* resultante, com maior número de ocorrências no site do MTST, sendo que foram encontrados 207 resultados, sendo que após a filtragem, 38 foram aproveitados - uma taxa de 18,75% de aproveitamento. Para o MST foram encontrados 189 resultados, sendo 26 resultados aproveitados - uma taxa de 13,76% de aproveitamento. Já para o movimento estudantil foram encontrados 282 resultados e após analisados, desse total, apenas 17 serviram para a pesquisa, cerca de apenas 6,02%.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, definidos os critérios de busca, para a análise dos movimentos dos trabalhadores foram escolhidos o MTST E MST por serem os movimentos mais conhecidos. Quando pesquisados esses movimentos, associados ao termo “taxação das grandes fortunas” o termo foi mencionado 30 vezes, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Análise de temáticas vinculadas à questão tributária pelos movimentos dos trabalhadores

Palavras-chave	Nº de vezes que menciona a temática
MTST (Movimento dos trabalhadores sem teto)	18
MST (Movimento dos trabalhadores sem terra)	12

Fonte: elaborada pela autora

No que se refere ao recorte temporal, entre 2015 e 2023, das ocorrências pesquisadas, 2018 foi o período em que mais houve referência pelo MTST acerca da questão tributária com 13 menções. Por sua vez, o MST fez menção a temática entre em 2015 e 2023 por 7 vezes.

Para a análise dos movimentos estudantil, feminista e LGBTQIA+ foram pesquisadas diversas organizações, sendo possível verificar que a questão da taxaço das grandes fortunas tem sido recorrente também nesses movimentos.

A Tabela 2 mostra os dados coletados no que se refere às principais organizações dos estudantes:

Tabela 2 - Análise de temáticas vinculadas à questão tributária pelo movimento estudantil

Palavras-chave	Nº de vezes que menciona a temática
DCE Livre e Movimento Estudantil UFSCar	1
UNE	6
Coletivo Nacional da Juventude CUT/CNTE	1
Juventude do PSTU	1
ANDIFES	2
UBES	5
UJR	1
ANPG	2
JUNTOS	1
JCA	1

Fonte: elaborada pela discente Sibelee V. Rossales

No que se refere ao movimento estudantil as organizações que mais fizeram menço à questão foram União Nacional dos Estudantes (UNE), e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), podendo ser consideradas como as duas maiores organizações do país quando se trata da luta estudantil. Quanto a temporalidade, o ano em que mais vezes foi mencionada a questão da taxaço de grandes fortunas foi 2015.

Para a análise do movimento feminista foram selecionadas algumas organizações sendo que os resultados mostraram que a temática é pouco abordada:

Tabela 3 - Análise de temáticas vinculadas à questão tributária pelo movimento feminista

Palavras-chave	Nº de vezes que menciona a temática
AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)	3
SOF (Sempre Viva Organização Feminista)	2
MMM (Marcha Mundial das Mulheres)	1
UBM (União Brasileira de Mulheres)	2

Fonte: elaborada pela discente Eponina Vitola Boeira

Quanto a temporalidade, o ano em que mais vezes foi mencionada a questão da taxaço de grandes fortunas foi 2015, com duas mençoões. As demais mençoões foram em 2011, 2017, 2020, 2022 e 2023, apenas uma em cada ano.

As últimas organizações analisadas fazem parte do movimento LGBTQIA+ e os dados mostram que a temática é pouco abordada pelo movimento em geral.

Tabela 4 - Análise de temáticas vinculadas à questão tributária pelo movimento LGBTQIA+

Palavras-chave	Nº de vezes que menciona a temática
Casa Um	3
LGBT Comunista	2
Associação da Parada do Orgulho LGBT de SP	1
ABGLT (Assoc. Bras. de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais)	1
Outros	2

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados coletados pela discente Maria Luiza da Silva Gonçalves

A organização que mais mencionou a temática foi a Casa Um, seguida pela LGBT Comunista, com 3 e 2 menções respectivamente. O tema foi citado apenas cinco vezes entre 2020 e 2023, duas vezes entre 2010 e 2019 e duas vezes entre 2000 e 2009.

Dos movimentos analisados pode-se concluir que, dentre eles, o que mais aborda a questão tributária é o movimento dos trabalhadores, seguido pelo movimento estudantil. A pesquisa piloto indica que movimentos que estão ligados às questões materiais estariam mais atentos à questão tributária e a necessidade de uma reforma, hipótese que carece de uma pesquisa mais aprofundada para ser confirmada. Embora haja menção à questão da reforma tributária e menções às categorias escolhidas por parte dos movimentos sociais analisados, não há uma constância, e tampouco trata-se de um tema central nos enquadramentos desses movimentos.

4. CONCLUSÕES

Foi possível verificar que a questão da reforma tributária com o caráter progressivo que permite combater a desigualdade social tem sido objeto de interesse dos movimentos sociais apresentados neste trabalho, ainda que de maneira marginal.

A pesquisa-piloto foi constituída para buscar informações iniciais sobre os enquadramentos de movimentos sociais progressistas no que se refere à tributação no Brasil e serviu como base investigativa como forma de verificar se a questão tributária despertava o interesse e manifestações por parte dos movimentos sociais, e a partir dos resultados encontrados, possibilitou o desdobramento da pesquisa em um novo projeto coordenado pela Prof. Dra. Monika Dowbor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto estabelece cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/730750-projeto-estabelece-cobranca-de-imposto-de-renda-sobre-lucros-e-dividendos/#:~:text=Projeto%20estabelece%20cobran%C3%A7a%20de%20Imposto%20de%20Renda%20sobre%20lucros%20e%20dividendos,-Autor%20lembra%20que&text=O%20Projeto%20de%20Lei%20307,a%20pessoas%20f%C3%ADsicas%20ou%20jur%C3%ADdicas>. Acesso em 04 out. 2024.

FERNANDES, Rodrigo Cardoso. **Sistema tributário e desigualdade [manuscrito]: uma análise do impacto distributivo do imposto de renda no Brasil** (Dissertação) 2016.

Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34300/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Rodrigo%20Cardoso%20Fernandes%20FINAL.pdf> . Acesso em 04 out. 2024.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição**. EDUERJ, 2019.

LAZZARI, E. A., & LEAL, J. L. (2019). A política tributária brasileira sob o olhar da desigualdade: regressividade estável, persistente e duradoura. In **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

NASCIMENTO, Natassia (2021). O imposto sobre grandes fortunas no brasil: propostas e simulações. In **Revista De Economia Contemporânea**, 25(3), e212533.

<https://www.scielo.br/j/rec/a/Wz4BWKPKTY3sBsFzXwvNGPC#> Acesso em 04 out. 2024.